

ALGUMAS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL¹

RUY MILLER PAIVA²

RESUMO - São examinadas as possibilidades de aumento de produção de algumas regiões que tem se mostrado como "linhas de frente" da moderna agricultura brasileira. As regiões são as seguintes: as de ocupação antiga do café, de campos férteis do Sul, de cerrados do Brasil e de áreas florestais da Amazônia. Constatase que, em princípio, essas regiões podem ter, através da agricultura moderna, respostas ainda mais rápidas de produção, se forem beneficiadas com amplo financiamento e com perspectivas favoráveis de preço; pois dispõem de terras adequadas não utilizadas e de mão-de-obra e empresários agrícolas (através da migração interna) que lhes permitem ampliação rápida de produção. Contudo, a análise mostra que a agricultura moderna no Brasil ainda é dispendiosa e de custos de produção elevados quando comparada com a de países economicamente desenvolvidos. São apontadas as causas dessa diferença. A conclusão do trabalho é que se faz necessário manter o subsídio ao uso de insumos modernos e, ainda, elevar os índices de eficiência do agricultor no emprego de insumos modernos. Somente assim pode-se ter produções maiores a menores custos, que são condições essenciais para que a agricultura possa contribuir para minorar a gravidade dos problemas econômicos do país.

Termos para indexação: Brasil, regiões agrícolas, desenvolvimento agrícola, subsídio, tecnologia moderna.

SOME POSSIBILITIES TO INCREASE AGRICULTURAL PRODUCTION IN BRAZIL

ABSTRACT - In this paper it is examined the possibilities to have a fast and large increase of production in the main agricultural regions of Brazil, commonly known as the old coffee region, the south prairies, the cerrados of Brazil Central and the Forest Areas of Amazonas. It was found that the production response of the modern agriculture (the one that uses modern inputs) in these regions could be very large if conditions of credit and prices were favorable since there is yet plenty of good land labour and capable entrepreneurs available (through the process of internal migration) to be used. However, it was mentioned that modern agriculture in Brazil is yet very costly when compared with the agriculture of a developed country. The causes of high costs are mentioned. The conclusion of the paper is that it is necessary to maintain some form of subsidies (in credit or in price) for the use of modern inputs and to improve the farmers' efficiency in the use of these inputs, as the way to raise productivity at a lower cost which is the

¹ Recebido em 20 de março de 1983.

Aceito para publicação em 12 de novembro de 1983.

² Consultor Técnico do Departamento de Estudos e Pesquisas da EMBRAPA. IEA - Av. Miguel Stefano 3900 - Caixa Postal 8114 - CEP 04301 - São Paulo, SP.

basic conditions for an over all increase in the agricultural production to help the brasilian economy.

Index terms: Brazil, agricultural regions, development of agriculture, modern technology, subsidies.

INTRODUÇÃO

A agricultura tem sido freqüentemente apontada como o setor que merece maior prioridade por parte do Governo, por considerar-se que através dela se poderá desatar alguns dos graves círculos de pressão que no momento envolvem nossa economia. Acreditam muitos, que acionando-se um programa de medidas em favor do setor agrícola ter-se-á, como resposta, um "aumento ponderável e rápido da produção agrícola", sem necessidade de vultuosos investimentos adicionais, o que, sem dúvida, contribuirá para reduzir os preços dos alimentos nos centros urbanos e, portanto, para desafogo de sério mal estar social; e contribuirá também para reduzir a taxa crescente de inflação do país e ampliar as exportações, o que significa uma forma racional de minorar as dificuldades do balanço de comércio externo do país; além, evidentemente, de contribuir para criação de novos empregos; o que se mostra extremamente necessário à economia do país.

Com este documento, pretendemos discutir as possibilidades de a agricultura do País alcançar esse "aumento ponderável e rápido da produção agrícola". Apontaremos as regiões que podemos chamar de "linhas de frente" da produção agrícola do país, ou seja, as que mostram maiores aumentos de produção nas últimas décadas; apresentaremos as características tecnológicas desses aumentos e as possibilidades dessas regiões que, em curto espaço de tempo, oferecem ainda maiores produções. E em seguida, faremos alguns comentários sobre as medidas políticas que se fazem necessárias a esse aumento.

As regiões a serem examinadas são as seguintes:

- a. a de ocupação antiga do café;
- b. a de campos férteis do sul do país;
- c. a de cerrados do Brasil central; e
- d. a de floresta da amazonia.³

³ Não procuraremos estabelecer limites geográficos a estas regiões. Para efeito de quantificar as produções tomaremos os Estados que melhor os representam. Deixamos assim, de atender ao fato de áreas de cerrados serem encontradas em grande parte de Minas e também em São Paulo, e os campos férteis do Sul serem encontrados no Mato Grosso do Sul, que é um dos Estados incluídos na região dos cerrados.

Região de ocupação antiga do café

Essa região abrange as áreas de solos férteis e condições favoráveis de clima onde se desenvolveram e ainda se desenvolvem as lavouras cafeeiras nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Zona da Mata e Região Sul de Minas Gerais e Estados de São Paulo e Paraná. É ainda hoje a grande região produtora do país, responsável por 61,7% do valor total da produção agrícola vegetal e animal dos Estados do Centro-Sul que foi de 748,6 bilhões de cruzeiros na média dos anos de 1979 e 1980.

A região também se configura como a de maiores aumentos de produção, tanto em valores relativos como absolutos. Confrontando-se as médias dos valores dos anos de 1973/1974 e de 1979/1980 constata-se que houve um aumento de 41,4 bilhões de cruzeiros para 514,2, ou seja, um aumento relativo de 12,4 vezes e absoluto de 472,8 bilhões enquanto o aumento dos demais estados incluídos neste estudo (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais) passam de 19,5 bilhões para 269,6, ou seja, um aumento relativo de 13,8 vezes e absoluto de 196,3 bilhões de cruzeiros.⁴ (calculado com dados da Tabela 1).

Os aumentos de produção ocorridos na região podem ser melhor configurados com os dados da produção física dos principais produtos agrícolas. Com os dados da Tabela 2, constata-se que o café nos três principais Estados produtores: São Paulo, Paraná e Minas, teve sua produção reduzida de uma média de 3,7 milhões de toneladas, nos anos de 1960/1961, para 1,4 em 1975/1976, recuperando-se, acentuadamente em 1980/1981 para 2,3. O Estado de Minas Gerais passou este ano a ser o maior Estado produtor do país. Na produção de açúcar e álcool observa-se, também, aumento acentuado em alguns Estados. Em São Paulo, o aumento do açúcar tem sido constante, passando, em média, de 1,4 milhões de toneladas, em 1960/1961, para 3,7 em 1980/1981; com o álcool a taxa de crescimento é ainda maior se considerarmos os períodos mais recentes, pois passou de uma média de 385 milhões de litros, em 1975/1976, para 2,7 bilhões em 1980/1981.

Com a soja, o aumento do Paraná foi elevadíssimo, passando de 414,8 mil toneladas em média, em 1970/1971, para 5.328 mil em 1980/1981; quase suplantando a produção do Rio Grande do Sul. Em

⁴ Prognóstico do Centro-Sul - IEA/SAA de São Paulo. Esses crescimentos também se fizeram sentir em valores reais, pois o índice geral de preços cresceu neste período de 9,4 vezes, inferior, portanto, ao crescimento de qualquer dos Estados mencionados.

TABELA 1. Valor bruto da produção agrícola nos Estados da Região Sul - Centro do Brasil.

(Valor em Cr.\$ 1.000.000,00)

Estados	Especificação	1973 e 1974 (A)	1979 e 1980 (B)	% (B/A)
São Paulo	1	11.311	139.157	1.130,3
	2	7.180	85.580	813,4
	3	18.491	204.738	1.007,2
Paraná	1	9.397	110.436	1.075,2
	2	1.966	36.279	1.745,3
	3	11.363	146.715	1.191,2
Minas Gerais	1	5.613	66.366	1.082,4
	2	3.898	50.258	1.189,9
	3	9.511	116.624	1.126,2
Espírito Santo	1	635	15.979	2.416,4
	2	404	8.968	1.824,7
	3	1.040	22.948	2.106,5
Rio de Janeiro	1	444	11.169	2.415,5
	2	532	12.135	2.181,0
	3	978	23.306	2.287,8
Santa Catarina	1	2.146	31.418	1.384,7
	2	887	22.257	2.487,1
	3	3.012	53.676	1.682,1
Rio Grande do Sul	1	8.790	84.446	860,7
	2	2.976	32.863	997,5
	3	11.751	117.109	896,6
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1	1.482	29.887	1.942,2
	2	580	22.550	3.787,9
	3	2.043	52.407	2.486,2
Goiás	1	1.990	27.308	1.272,3
	2	794	19.110	2.308,8
	3	2.786	46.404	1.566,2

Fonte: Prognóstico Centro-Sul do IEA - 1980/81.

- 1 - Valor produção vegetal.
2 - Valor produção animal.
3 - Total.

São Paulo e Minas, os aumentos foram mais significativos apenas nos últimos anos, quando São Paulo passou de 88,2 mil toneladas, em 1970/1971, para 1.097 em 1980/1981; e Minas passou de 96,4, em 1975/1976, para 287 mil em 1980/1981. Com o trigo, o aumento no Paraná também se destaca nos últimos períodos, pois passou de 64,1, em 1960/1961, para 309,1 em 1970/1971, e 1975,0 em 1980/1981; quando sobrepujou a produção do Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo também mostra aumento, porém pequeno. Com a laranja, apenas São Paulo mostra grande aumento, passando de 7,3 milhões de toneladas, em 1970/1971, para 43,5 em 1980/1981.

Com as culturas mais voltadas para o abastecimento do mercado interno, constata-se que a produção de milho tem crescido de forma acentuada em todos os Estados da região. O crescimento no Paraná tem sido o mais acentuado, passando de 1.318,1 milhões de toneladas em média nos anos de 1960/1961 para 5.483,5 em 1980/1981; e antes, em 1970/1971, já mostrara-se o maior produtor do Brasil com 3.607,2 milhões. Os aumentos de Minas e São Paulo tem sido também constantes, mas

em proporções menores. E, ao contrário, quanto ao arroz, a produção tem caído acentuadamente e de forma constante em São Paulo, passando de 917,2 mil em 1960/1961 para 415,3 em 1980/1981; e em Minas a queda tem sido bem menor, de 934,5 para 784,1, no mesmo período. E isso sem falar na enorme expansão dos cultivos de frutas de clima temperado, de legumes e verduras e da criação de aves e a produção de ovos que ocorreram em períodos mais recentes, como resposta ao crescimento dos centros urbanos da região, principalmente Rio e São Paulo. Não obstante a ausência de fronteiras agrícolas, no sentido geográfico do termo, a região conseguiu esse aumento devido à expansão de culturas e criações que empregam tecnologias modernas e mais produtivas em substituição às que adotam tecnologias tradicionais, menos produtivas.

Quanto às possibilidades de ampliar ainda mais suas produções, devemos lembrar que a agricultura tradicional, de técnica rotineira, uso mais intensivo de mão-de-obra e condições mais primitivas de vida, tem hoje pequena representatividade nas frentes de expansão da produção agrícola, e não oferece possibilidades de grandes aumentos de produção. Com o desgaste crescente dos solos e os acréscimos constantes de doenças e pragas, que ocorrem nas áreas já cultivadas, frutos de anos sucessivos de culturas mal conduzidas, torna-se difícil obter rendimentos satisfatórios sem o emprego da agricultura moderna, ou seja, sem o uso intensivo de insumos modernos. Com a agricultura moderna, ao contrário, as possibilidades são muito amplas. A região dispõe, por exemplo, de extensas áreas de terras de boa qualidade e de clima favorável, que são hoje utilizadas em pastagens pouco produtivas. Em estudo recentemente feito em São Paulo⁵, em apenas 69.949 km² da região Oeste deste Estado, em que predominam pastagens mais extensivas, foi determinada a presença de 6,5 milhões de ha de pastagens, que se mostram bem aptas à lavoura de cana. Ademais, são muitas as tecnologias já comprovadas na prática e que podem ser ainda difundidas por maior número de agricultores, como é o caso da consorciação de soja e de amendoim na renovação da soqueira de cana, que está sendo implantada com sucesso na região de Guariba, Ribeirão Preto⁶ e que permitirá aumento

⁵ Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, "Bases de um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo - Pró-Oeste, agosto de 1980".

⁶ Estudos divulgados pelo Boletim Técnico Planalsucar (vol. 3 nº 5, maio de 1981), mostram que o plantio de soja na renovação da soqueira de cana traz economia de 60% no custo da produção de cana se se computam a receita líquida da produção de soja e a redução de despesas no custo da cana, uma vez que parte dessas despesas, referentes ao preparo do solo, adubação e tratamentos culturais, já foram descontados no custo da lavoura de soja.

sensível no rendimento da cana e na produção dessas leguminosas, sem ampliação da área de cana cultivada.

A irrigação das áreas de terras férteis às margens das grandes barragens hidroelétricas, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas e Paraná, que não exige grandes obras governamentais e que pode ser feita de imediato, dependendo da decisão individual do agricultor, poderá contribuir, também, para um ponderável e rápido aumento de produção.

Os fatores que dificultam o aumento ainda maior de produção nessa região são, basicamente, de natureza tecnológica e econômica. Como foi dito há pouco há necessidade de maior difusão de melhores conhecimentos técnicos aos agricultores, quanto ao emprego de fertilizantes, combate às doenças e pragas e emprego de cultivares melhor adaptados às condições de clima e solo da região, que são fornecidos pela pesquisa e experimentação agrônômica. Há também necessidade de garantir melhores condições de preços e de crédito, pois a agricultura de tecnologia moderna é muito dispendiosa devido à aquisição de insumos e à infraestrutura de apoio que exige. Se não houver crédito abundante e se os preços dos produtos e dos insumos não se mantiverem em proporções que permitam perspectivas favoráveis de lucro ao produtor, este não se sentirá estimulado a fazer novos investimentos para ampliar a produção. Aliás, é importante lembrar que, como a região lidera as atividades econômicas do país, os empresários agrícolas tem, freqüentemente, oportunidade de se transferir para atividades não agrícolas, onde os riscos são menores e os retornos, em geral, maiores. Por isso, pode-se dizer que as perspectivas de lucro nas atividades agrícolas precisam se manter em nível relativamente elevado, próximo ao das atividades não agrícolas, para que eles continuem com interesse de expandir a produção agrícola.

Há ainda outras dificuldades a mencionar. O preço excessivamente elevado das terras agrícolas e as dificuldades de se estabelecerem arrendamentos por períodos mais longos de tempo impedem a entrada de novos empresários nas atividades agrícolas. Segundo dados do IEA de São Paulo ⁷ os aumentos no preço de terra de cultura, no período de 1972 a 1980, suplantaram, em muito, os da inflação, ou seja, os aumentos dos índices gerais de preços do país. No Paraná o preço da terra nesse período se elevou em 349,5%, em termos reais; e em São Paulo a elevação foi de 233,4%. O crescimento foi pouco menor nas regiões

⁷ IEA de São Paulo: "Prognóstico - Região Centro-Sul, 1980/81".

mais ao Sul do país, pois no Rio Grande do Sul foi de 219,7%, e em Santa Catarina de 157,7%. Na região do Cerrado a elevação também foi grande; em Mato Grosso o crescimento foi de 263,3%, e em Goiás foi menor: 197,5%.

Regiões de campos férteis do sul do país

Outra importante linha de frente de produção agrícola do país, situa-se nas regiões dos campos férteis do Sul do País. Foi onde se iniciou a grande produção de grãos do país, com as lavouras de trigo, milho e arroz, e onde se obteve, recentemente, o extraordinário aumento da produção de soja. É de onde tem partido a ocupação dos campos do Mato Grosso do Sul, dos cerrados do Brasil Central e, mesmo, das florestas da Região Amazônica, com uma agricultura empresarial e mecanizada.

Os aumentos de produção da região Sul podem ser melhor julgados tomando-se os dados da produção física dos principais produtos agrícolas (ver Tabela II). A produção de soja no Rio Grande do Sul elevou-se de forma constante, de 220,5 mil toneladas (média dos 1960/1961), para 5,9 milhões em 1980/1981; e a de Santa Catarina, de 65,3 mil toneladas, em 1970/1971, para 702,5 mil em 1980/1981. Com o milho e o arroz os aumentos no Rio Grande do Sul também tem sido acentuados, passando, no caso do milho, de 665,5 mil toneladas (média de 1970/1971), para 1,7 milhões em 1980/1981; e para o arroz, de 1.505,2 mil toneladas, para 2,2 milhões, no mesmo período. Com o trigo, o aumento de produção não tem sido mantido: de 465,0 mil toneladas, em 1960/1961, passou para 1,6 em 1970/1971, caindo a seguir para 926,4 mil toneladas em 1980/1981.

Esses aumentos de produção ocorreram, como na região de Ocupação Antiga do Café, com a expansão de lavouras modernas. Aproveitando áreas de campo menos férteis e condições topográficas mais favoráveis, a expansão nessa área se processou com o uso intensivo de insumos modernos, em termos de moto-mecanização, uso de fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas e colhedadeiras mecânicas. A produção do arroz desenvolveu-se, sempre em áreas irrigadas, também com uso intensivo de técnicas modernas. A agricultura de tecnologia tradicional, mantida pelos agricultores da região colonial, pouco contribuiu para o crescimento da produção nas últimas décadas.

A região também tem amplas possibilidades de apresentar rápidos e novos aumentos de produção. A exemplo do que ocorre na região de antiga ocupação de café, essa possibilidade está na expansão da agricultura moderna em substituição à agricultura tradicional, menos produtiva. Um dos exemplos nesse sentido tem-se com a renovação das pasta-

gens, que, em geral, ainda são formadas com gramíneas rústicas, de baixo rendimento. A substituição por gramíneas selecionadas, aliás já existentes, permitiria que os estabelecimentos agropecuários obtivessem maior produção na forma de maiores rebanhos e ainda, maiores áreas disponíveis para o plantio de soja, trigo e milho.

As dificuldades de obter novos aumentos de produção são de natureza tecnológica e econômica, como no caso da região anterior. E também há necessidade de incrementar pesquisa, difundir ensinamentos técnicos, fornecer crédito agrícola e garantir preços, sem o que os produtores não se sentirão estimulados a fazer os investimentos e a promover a expansão da agricultura moderna.

O preço elevado das terras de cultura e as dificuldades de arrendamento são outros fatores que dificultam novas expansões da produção. Grande número de empresários têm emigrado para outros Estados do Brasil, onde podem expandir suas lavouras, pagando menos pelas terras. Muitos trabalhadores agrícolas também se mudaram para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, esperando encontrar oportunidade de se tornarem empresários de suas próprias lavouras.

Região de cerrado do Brasil Central

O cerrado é hoje a área de grandes mudanças na agricultura do país. No passado, as áreas de cerrado contribuíram para a produção do arroz (e do milho) no processo de formação de invernadas. Faziam, então, uma agricultura tradicional, em que as árvores eram derrubadas e queimadas e o arroz plantado por um ou dois anos antes de semear definitivamente o pasto. Nestes últimos anos, a região está sendo ocupada por uma enorme expansão de soja, através de uma agricultura moderna e comercial, em que são empregadas máquinas, calcário, fertilizantes, sementes selecionadas, máquinas colheitadeiras, secadores, etc.

Admite-se que a ocupação pela soja das imensas áreas de cerrado do Brasil Central, calculadas em 180 milhões de ha, e que até agora se constituíam num desafio à capacidade técnica dos empresários agrícolas do país, venha a mudar o cenário das atividades agrícolas do país, e, mesmo, a se constituir num novo ciclo da agricultura brasileira.

É interessante observar que, paralelamente à expansão da soja, está ocorrendo, principalmente nos cerrados do Mato Grosso do Sul, uma extraordinária expansão do capim "brachiara", mais produtivo do que as gramíneas anteriores, que proporciona melhoria sensível na capacidade de suporte das pastagens da região e que deverá contribuir para o crescimento da população pecuária do Estado.

As estatísticas oficiais mostram que os aumentos dos valores brutos da produção agrícola, vegetal e animal, foram muito acentuados nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (ver dados da Tabela I). Juntos aumentaram de 4,8 bilhões de cruzeiros para 98,8 bilhões, no período de 1973/1974 à 1979/1980, a preços correntes; aumento esse de 20,6 vezes, muito superior, portanto, aos aumentos nas duas regiões analisadas anteriormente que se situavam em torno de 11 ou 12 vezes.

Quanto aos aumentos de produção, em termos físicos, dos principais produtos agrícolas tem-se resultados extraordinários com a soja. Os dados da Tabela II mostram que a produção conjunta desses três Estados

TABELA 2. Produção de diversos produtos agrícolas em diversos Estados do Brasil - 1960/61 - 1980/81.

Produto	Unidades de Federação	(Quantidade em 1.000t)						
		1960 e 1961 (A)	1970 e 1971 (B)	% (B/A)	1975 e 1976 (C)	% (C/B)	1980 e 1981 (D)	% (D/C)
Açúcar	São Paulo	1.438,3	2.428,1	98,8	3.109,8	28,1	3.740,8	20,3
	Paraná	85,6	153,4	79,2	158,6	3,4	265,9	67,6
	Rio de Janeiro	402,7	474,8	17,9	527,8	11,2	526,5	-0,4
	Mato Grosso	0,3	3,2	968,7	5,5	71,9	23,3	323,6
	Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-
	Nordeste	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	3.436,5	6.069,9	47,5	6.344,9	25,1	7.800,0	22,9	
Alcool (1)	São Paulo	87,9	427,4	388,2	2.387,1	-9,9	2.737,3	610,8
	Paraná	0,3	15,7	5.133,3	20,4	29,8	182,5	794,6
	Rio de Janeiro	45,2	35,3	-21,9	54,1	63,2	132,7	145,3
	Mato Grosso	-	0,7	0,0	-	-	54,2	0,0
	Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	13,5	0,0
	Nordeste	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	449,0	626,3	39,3	597,5	-4,4	4.071,1	581,3	
Soja	Rio Grande do Sul	220,5	1.232,0	458,7	4.897,7	297,5	5.913,8	20,7
	Santa Catarina	3,9	65,3	1.674,9	438,5	571,6	702,5	60,2
	Paraná	8,2	414,8	4.938,5	4.082,4	819,4	5.328,1	31,1
	Mato Grosso	0,3	12,5	4.088,7	281,0	2.548,0	171,0	-39,1
	Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	1.334,0	0,0
	Goiás	-	25,4	0,0	61,0	149,1	431,8	607,9
São Paulo	3,9	88,2	2.181,5	721,5	718,0	1.097,8	52,1	
Minas Gerais	0,2	1,6	700,0	96,4	5.925,0	287,3	198,0	
Brasil	238,6	1.792,9	651,4	10.559,4	488,9	15.281,0	44,7	
Trigo	Rio Grande do Sul	465,0	1.581,3	240,1	1.524,3	-0,4	926,4	-39,2
	Paraná	64,1	309,1	382,2	902,1	189,5	975,0	21,5
	São Paulo	5,0	29,0	480,0	132,7	387,8	141,5	6,8
	Mato Grosso	-0,6	4,1	583,3	19,5	375,6	0,3	-98,5
	Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	85,3	0,0
	Santa Catarina	94,0	85,0	-9,5	25,0	-70,6	9,0	-6,4
Brasil	626,9	1.927,8	208,5	2.506,8	30,0	2.160,7	-13,8	
Milho	Goiás	359,3	656,5	82,4	1.251,4	90,9	1.705,5	38,3
	Rio Grande do Sul	1.673,5	2.496,0	49,1	2.405,1	-3,8	3.518,9	46,3
	Rorondônia	1,8	2,1	16,7	37,7	1.695,2	110,1	192,0
	São Paulo	1.570,5	2.426,4	63,7	2.412,0	-0,6	2.556,9	6,0
	Minas Gerais	1.843,4	2.038,8	10,8	2.331,5	14,4	2.982,9	27,1
	Paraná	1.318,1	3.807,2	173,7	4.318,1	19,7	5.483,5	27,0
Mato Grosso	111,5	227,8	104,3	367,5	61,3	164,1	-55,3	
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	209,4	0,0	
Santa Catarina	608,0	1.155,0	90,8	2.289,9	98,2	3.158,0	37,9	
Brasil	8.854,0	14.172,8	60,1	17.099,2	20,8	21.007,2	22,8	
Laranja	São Paulo	2.546,1	7.397,4	190,5	23.362,5	215,8	43.521,2	86,3
	Brasil	8.584,4	15.890,8	85,1	34.244,8	115,5	55.654,7	62,5
Café	São Paulo	1.213,8	914,0	-24,7	671,0	-37,5	1.043,7	52,8
	Minas Gerais	519,3	282,0	-45,7	294,0	0,7	948,4	199,7
	Paraná	2.016,2	886,0	-57,0	613,3	-29,2	578,5	-6,7
	Brasil	4.313,5	2.306,2	-46,5	1.652,2	-28,3	2.938,4	77,8
Arroz	Goiás	734,4	1.095,5	47,4	1.093,8	-0,1	1.226,4	12,0
	Rio Grande do Sul	999,4	1.505,2	52,1	1.775,0	17,9	2.233,7	26,6
	São Paulo	917,2	947,2	-7,8	675,0	-20,3	415,3	-38,5
	Minas Gerais	934,5	959,1	2,8	807,4	-9,8	794,1	-9,6
	Mato Grosso	241,4	564,4	133,9	1.314,9	132,9	1.057,8	-19,6
	Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	477,9	0,0
Rorondônia	1,1	21,9	1.890,1	126,4	477,2	197,7	59,4	
Maranhão	384,6	733,5	90,7	930,6	26,9	1.001,6	7,6	
Brasil	5.093,8	7.073,1	38,9	8.549,0	20,9	9.177,6	7,3	

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico.

(1) Em 1.000.000 litros.

passou de 37,9 mil toneladas, na média dos anos 1970/1971, para 1,9 milhões, na média de 1980/1981, ou seja, um aumento de 51 vezes em dez anos. O Estado de Mato Grosso do Sul é que mostrou o maior aumento com uma produção, em 1980/1981, de 1,3 milhões. Aliás, grande parte da produção de soja do Estado de Minas Gerais (287,3 mil toneladas) também provém de área de cerrado.

O aumento da produção de milho também foi muito acentuado, passando, no mesmo período, de 0,9 milhões de toneladas para 2,0 milhões; e o de arroz foi pouco menor, passando, de 1,7 milhão de toneladas para 2,8 milhões. Parte da grande produção de milho (2,9 milhões de toneladas) e de arroz (784,1 mil toneladas) do Estado de Minas também provém de áreas de cerrados.

Não obstante esses extraordinários aumentos, ainda são amplas as possibilidades dessa região apresentar crescimentos ainda maiores de produção. Desde que a soja se estabeleceu como lavoura de sucesso na região de cerrado, massa enorme de empresários agrícolas e trabalhadores rurais estão se transferindo da região Centro-Sul para o Brasil Central. O censo agrícola mostra que de 1970 para 1980 o aumento da população rural do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em conjunto se elevou de 912.901 pessoas para 1.843.741.

E há atrativos para a vinda de novos empresários, pois o preço da terra de cultura no ano de 1980 era de 28 mil cruzeiros em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e 25,8 em Goiás, enquanto em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul era de 66,5, 68,0 e 49,0 mil cruzeiros, respectivamente. E se tomarmos as terras de pastagens, temos para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, os preços de 21,8 e 16,5 mil cruzeiros, respectivamente, e nos demais Estados acima mencionados de 53,1, 46,1 e 35,3 respectivamente.⁸

Além disso, há possibilidades de aquisição de terras em áreas ainda não ocupadas e que já se mostram aptas ao cultivo da soja, terras essas cujos preços são evidentemente muito inferiores aos acima mencionados. Informa-se que o Mato Grosso do Sul teria cerca 10.000.000 de ha adequados à produção de soja dos quais apenas 1.000.000 ha estariam agora ocupados. Como regiões quase inexploradas, apontam-se a Serra Bodoquena, com terras consideradas de excelente qualidade, onde, calcula-se, poderia ser plantada uma área de 250.000 ha; em Aquidauana, no Distrito de Cipoândia, a área aproveitável seria de 60.000 ha de terras férteis e mecanizáveis; e, ainda, próximo a Coxim e Pedro Gomes calcula-se que a área seria de 60.000 ha.

⁸ IEA de São Paulo - Prognóstico do Centro Sul - 1980/1981.

Deste modo, as possibilidades de uma expansão ainda mais rápida da região prendem-se, basicamente, a questões de natureza econômica, pois há terra disponível e empresários e mão-de-obra dispostos a ocupá-las. Dentre as questões econômicas, destaca-se o crédito agrícola que precisa ser particularmente abundante nessa região. Aliás, o crédito de investimento é aqui mais importante do que nas regiões antes discutidas, pois a expansão nesta área significa construir todas as benfeitorias, adquirir todos os equipamentos e implantar uma lavoura em terra bruta, com o emprego da tecnologia moderna, o que exige investimentos vultuosos. Além disso, há os investimentos de caráter público e privado, para dar à região a infraestrutura de apoio que a população necessita para aí se estabelecer; como a construção de centros urbanos, estradas vicinais, eletrificação, telefonia rural, escolas, hospitais, etc. E, ainda, os investimentos de caráter comercial, que permitam que os insumos e os produtos agrícolas possam ser comercializados com eficiência. Na verdade, o Governo Federal tem dado algum apoio financeiro à região, através do Polo Centro, com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado e através do Ministério da Agricultura com os Programas do Pró-várzea e do Trigo Irrigado no Cerrado.

Relação de preços (insumos/produtos) favoráveis, que dê perspectivas de lucro aos empresários é, evidentemente, outro fator importante, para que eles tenham incentivo de se transferir para as regiões novas. E quanto a essa relação de preços, destaca-se a importância de um insumo: o calcário. Sabe-se que as terras do cerrado somente alcançam rendimentos elevados quando se combate sua acidez com a aplicação de algumas toneladas por hectare. Sem ele, a produção agrícola nas áreas de cerrado não poderia se manter. E os seus preços são hoje muito elevados no Mato Grosso do Sul, pois sendo de baixo valor em relação ao peso, e tendo de vir de grandes distâncias, o produto chega no cerrado a preços relativamente muito superiores aos de São Paulo. Os empresários da região aguardam a prometida navegação fluvial do Rio Tietê/Paraná para que o produto possa chegar a preços menores.

Região das áreas florestais da Amazônia

Na ocupação de extensas áreas da Região Amazônica, tem-se outra importante "linha de frente" de crescimento da produção agrícola brasileira. Ela situa-se, principalmente, em Rondônia, nas áreas ao Norte do Estado de Mato Grosso, especialmente ao longo da estrada Cuiabá/Santarém e no Sul do Estado do Pará. Ao contrário da ocupação do cerrado, que se efetua na base do empresário e das máquinas agrícolas, aqui, são as grandes levas de pequenos agricultores que vão na esperança de receber um lote de terra do INCRA ou no realismo de se tornarem

posseiros; além de numerosos empresários que vão na expectativa de darem aproveitamento econômico a pequenas áreas de uma grande gleba a fim de obterem melhores preços no futuro na venda de partes restantes dessa gleba; e, ainda de grandes firmas de colonização que procuram o lucro, com o loteamento e o assentamento de pequenos e médios agricultores. O interesse é pela pecuária e lavouras permanentes, como café, cacau, seringueira, guaraná e pimenta do reino, e não tanto pelo milho, arroz, soja e trigo.

Como fruto dessa ocupação, temos enorme crescimento da população dessas regiões. Rondônia, por exemplo, cresceu de 116 mil habitantes em 1970 para 503 mil em 1980 sendo que um de seus distritos, o Ji-Paraná, cresceu de 9.136 para 124.278 habitantes no mesmo período. Pelo centro de triagem de Vilhena passaram, com destino a Rondônia, no ano de 1980, cerca de 70.000 famílias.

Com as estatísticas oficiais não se pode ter uma visão expressiva que ocorre nessas áreas, em termos de esforço financeiro e humano que estão hoje movimentando a ocupação dessa imensa fronteira geográfica. Através de reportagens de revistas como "Isto é", e de jornais como "Jornal da Tarde de São Paulo" e o "Correio Agro-Pecuário" tem-se informações que nos permitem melhor compreensão da grandiosidade desse movimento.

Em Rondônia, temos basicamente as glebas coordenadas pelo INCRA, em que se destacam as de Cacoal e Pimenta Bueno, com cerca de 42.000 ha de café, 100.000 de lavouras de arroz e milho, a instalação de uma destilaria de álcool com 14.000 ha de cana-de-açúcar; em Ji-Paraná, o Projeto Ouro Preto, com cerca de 17.000 ha de café e 17.000 de cacau; o de Burareiro que deverá alcançar 100.000 ha em 1985 e o de Marechal Dutra, com 18,8 mil hectares de café, ambos no Distrito de Ariquemes; e as glebas Jacunda de 660.000 ha, e outra de 735.000 ha próxima ao Rio Guaporé, reservadas para projetos seringueiras e para localização de seringalistas.

No Norte de Mato Grosso a presença de grande projetos particulares de colonização se mostram mais freqüentes, como é o caso da INDECO nas colônias Alta Floresta e Paranaita, num total de 400.000 ha. Em Alta Floresta (200.000 ha), estão instalados 700 agricultores sendo apenas 15 grandes de 1.000 a 3.000 ha e o resto pequenos. Já há plantados 25 milhões de pés de café e logo terão 40 milhões, além de 14 milhões de pés de cacau e 300.000 de guaraná. Na colonização Paranaita já estão instalados 800 lotes de 50 a 150 ha.

A SINOP, na estrada Cuiabá/Santarém, é outro projeto de interesse. Com uma área de 500.000 ha, concebido inicialmente para o plantio de café "robusta" (30 milhões de covas), que não foi de grande sucesso,

encaminha-se agora para a instalação de uma destilaria de álcool de mandioca, financiada pelo Pró-Álcool em 1 bilhão de cruzeiros, e à promoção da criação de gado, do plantio de 2.000 ha de cacau, 80.000 pés de pimenta do reino, 60 mil de guaraná e 700 ha de seringueiras. A construtora Andrade Gutierrez S/A também tem no Sul do Pará o projeto de colonização Tucuman, de 400.000 ha com cerca de 3.000 lotes.

Não obstante os inúmeros projetos de sucesso, apontam-se também alguns de insucesso. É o caso da cooperativa Cotrijui do Rio Grande do Sul que recebeu em Altamira, Pará, uma Usina de Açúcar e uma Serraria em regime de comodato, com a possibilidade de promover a colonização de uma área de 400.000 ha no município de Prainha, e que teve de denunciar o contrato em janeiro de 1981. E, também, o caso da Cooperativa "Cotriguaçu" de Cascavel, Paraná, que tinha contratado a cessão de 1.000.000 de hectares em Aripuanã, que o Estado procurou retomar por não ter atendido às obrigações compromissadas, e que agora parece ter encontrado uma solução favorável à Cooperativa.

Com base em informações diversas, calcula-se que este ano estão sendo plantados, nas áreas das empresas colonizadoras nos municípios de Colider, Alta Floresta, Sinop e Jurea, cerca de 80 milhões de pés de café, e que em toda a área amazônica em abertura já existem 200 milhões de cafeeiros e 70.000 ha de cacau. Espera-se que a produção de arroz em Rondônia este ano alcance 200.000 toneladas, e que nos próximos cinco anos o trecho Cuiabá-Santarém produza 250.000 toneladas.

A ocupação recente das Áreas Florestais Amazônica tem se processado, portanto, em escala surpreendentemente elevada. Sabe-se, porém, que a ocupação dessas áreas é um processo sofrido, de muito sacrifício pessoal, em termos de trabalho, desconforto, isolamento e doenças; e também de muito esforço e muita incerteza quanto aos riscos de terras ruins, de terras "griladas" e de resultados financeiros negativos nas atividades empreendidas. Devido às distâncias e dificuldades de transporte, os preços dos produtos se situam em níveis mais baixos, quando em confronto com outras regiões, e os dos insumos, ao contrário, em níveis mais elevados, o que faz com que as relações de preços (produto/insumo) se tornem desfavoráveis para o agricultor.

Do ponto de vista da economia global do país, a abertura de uma ampla fronteira agrícola, como está ocorrendo agora no país, traz benefícios indiretos através de novos empregos e do alívio que proporciona à pressão populacional nas áreas agrícolas das regiões já ocupadas.

Acima dessas considerações, o que se impõe é fazer com que essa ocupação se processe racionalmente, sem maiores desperdícios de recursos naturais, como a queima da madeira de lei, o desgaste dos solos, a perda de produtos por falta de transporte para os centros consumidores;

e, principalmente, sem prejuízo para os agricultores em termos de saúde e condições de vida.

Para evitar tais inconvenientes, a ação do poder público se faz imprescindível. No momento, a participação do Governo mostra algumas falhas gritantes. Com a construção da Transamazônica e demais grandes rodovias da região, iniciou-se o programa de assentamento de agrovilas que resultou num fracasso completo, inclusive pela má qualidade das terras ocupadas. Hoje, já há elementos para se estabelecer um mapa seguro de aptidões agrícolas nas diversas regiões da Amazônia.

Dentre as muitas dificuldades da ocupação da área Amazônica, é a presença de posseiros e grileiros, que impede a vinda de maior número de empresários agrícolas, desejosos de adquirir terra e abrir fazenda na região. Recentemente o INCRA tem se mostrado mais efetivo nesse sentido. Somente com a solução desse problema é que se poderá ter uma contribuição rápida ao desejado aumento de produção agrícola dessa região. Ainda, assim, os produtos agrícolas e pecuários da Amazônia não serão de baixo custo, como em geral foram os das antigas fronteiras agrícolas de São Paulo e Paraná, entre outros motivos, devido à maior distância dos centros de consumo e de exportação e às grandes majorações que sofrem nos custos de transporte rodoviário.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE NOVOS AUMENTOS DE PRODUÇÃO

Com base nos elementos acima podemos dizer, em resumo, que as quatro regiões tem possibilidades de atender ao desejado "aumento amplo e rápido" da produção agrícola do país, desde que promovam a expansão da agricultura moderna, pois a tradicional já tem esgotadas suas possibilidades, e desde, também, que se disponha de crédito de investimento e custeio, seguros contra falhas da safra e "perspectivas favoráveis de lucro"; pois o agricultor que faz agricultura moderna é um empresário na expressão econômica da palavra e se não houver essas perspectivas de lucro ele deixa de fazer agricultura.

A questão a indagar, então, é se a nossa agricultura pode contar (no momento) com essas condições de crédito, de seguro, e de perspectivas favoráveis de lucro. Antes, porém, devemos abordar outro ponto pertinente a essa questão que consideramos de maior importância, e que não tem sido devidamente considerada pelos estudiosos dos problemas econômicos da agricultura, que é o da agricultura moderna se constituir, por enquanto, no Brasil, em agricultura de altos custos de produção por unidade de produto e, por conseguinte, pouco lucrativa, quando em confronto com a de outros países economicamente mais desenvolvidos.

Essa afirmativa pode parecer estranha, e, como não temos, no momento, evidência empírica para comprová-la, devemos discutí-la com um pouco mais de detalhe.

O alto custo relativo de produção da agricultura moderna, deve-se, evidentemente, a inúmeras causas. Duas delas, todavia, nos parecem mais relevantes: a política de favorecimento à industrialização, que vem, há muito, sendo adotada no Brasil, em detrimento dos interesses da agricultura, e o "estágio de nossa modernização agrícola", ou seja, o nível de conhecimento técnico do agricultor e a falta de rigor com que as operações técnicas são realizadas.

Quanto à primeira, sabe-se que a partir da política de substituição de importações, adotada pelo Brasil, as atividades agrícolas, principalmente as que se modernizavam, passaram a ser economicamente prejudicadas, pois, além de terem os preços de seus produtos rebaixados por taxas de câmbio desfavoráveis, contingenciamento de exportações, tabelamentos rígidos, etc, tinham, ainda, de adquirir insumos fornecidos pela indústria nacional a preços altamente protegidos e, portanto, mais elevados do que os preços correntes no mercado externo. Com isso, a produção agrícola moderna tornou-se mais cara e menos lucrativa, quando em confronto com a de outros países já desenvolvidos; e fez com que muitos recursos do setor agrícola, em termos de renda, capacidade empresarial e mão-de-obra se transferissem para as atividades não agrícolas que se mostravam mais lucrativas, descapitalizando, por conseguinte, a agricultura.

Ainda hoje, em nossa política de desenvolvimento econômico, temos diversas formas de incentivos financeiros assegurando a exportação de produtos industriais, enquanto que a exportação dos produtos agrícolas é submetida a uma série de impasses como impostos, taxas, quotas e contingenciamentos. A presença desses incentivos, que se fazem imprescindíveis à exportação dos produtos industriais, pode ser apontada como evidência de que os agricultores do país pagam pelos insumos (adquiridos do setor industrial) preços mais elevados do que o preço vigente no mercado externo. Assim também o crédito agrícola subsidiado, que se oferece à agricultura, é uma evidência de que as autoridades do país reconhecem que o setor agrícola - face às relações desfavoráveis de preços insumos/produtos - precisa de auxílio financeiro para poder modernizar-se e concorrer com outros países no mercado externo.

Quanto ao "estágio de modernização", expressão com que procuramos definir o nível de conhecimento do agricultor e a falta de rigor com que emprega as técnicas modernas, devemos esclarecer, com alguns exemplos, como a falta de rigor na aplicação dos ensinamentos técnicos afeta os rendimentos agrícolas em termos físicos e econômicos da ex-

ploração agrícola.

No preparo e cultivo do solo, por exemplo, há uma série de indicações com respeito à época das operações, profundidade das arações, número e época de cultivo, etc; indicações essas que mandam respeitar o grau de umidade do solo e que variam de acordo com os tipos de máquinas, de solos e de culturas a serem plantadas. Se essas indicações não forem obedecidas, poderá haver sérias modificações na estrutura e textura da terra, com prejuízo em sua capacidade de suprir as plantas com água e elementos nutrientes. Ainda que bem adubada posteriormente, a terra preparada anteriormente sem essas atenções não terá possibilidades de alcançar índices satisfatórios de produtividade. O mesmo pode-se dizer com respeito ao emprego dos fertilizantes químicos, que precisam obedecer uma série de indicações, quanto às características do solo e às exigências das espécies e variedades a serem plantadas, indicações essas, aliás, que são fornecidas pelas pesquisas agronômicas. Sem obediência a esses ensinamentos - o que significa, também, sem os ensinamentos das pesquisas agronômicas - não se poderá alcançar a eficiência desejada. Como são inúmeras as operações técnicas executadas durante o ano, compreende-se que os rendimentos obtidos na exploração agrícola possam se mostrar variáveis, de acordo com o maior ou menor rigor com que essas operações foram executadas.

A importância do "estágio" de modernização de que estamos falando, no aumento do rendimento e na redução de custo de produção, pode ser mostrada com os dados agregados da produção agrícola dos Estados Unidos, citados pelo Prof. Schuh e que mostram que de 1940 a 1970, os insumos físicos usados na agricultura aumentaram somente 4% enquanto a produção total aumentava 58%, o que mostra que houve nesse período um enorme aumento de produtividade dos insumos empregados na produção. Aceitando-se, assim, que a agricultura moderna no Brasil ainda se mostra dispendiosa, de altos custos e pouco lucrativa, quando em confronto com países desenvolvidos, deve-se aceitar, também, que se faz imprescindível a presença das condições básicas a que vimos nos referindo para que os agricultores atendam ao aumento de produção desejado pelo país. É preciso que haja crédito abundante, perspectivas favoráveis de preços e seguros contra perda de colheita para que o agricultor, como empresário, tenha estímulo para incorrer nos riscos de investimentos e promover o aumento de produção desejado pela economia do país.

Em geral, não se põe em dúvida a necessidade de se garantir essas condições de crédito e de preços para se ter ampliações da agricultura moderna. Todavia observa-se no Brasil, muita incompreensão e má vontade com respeito ao crédito solicitado pelos empresários agrícolas. Não

se quer aceitar que a agricultura moderna é, por enquanto, no Brasil, muito dispendiosa e pouco lucrativa. Não se compreende que a passagem da agricultura tradicional para a moderna exige investimentos vultuosos e que este, freqüentemente, é atendido com crédito a curto prazo, o que impede que os agricultores capitalizem o retorno líquido que venha a obter. E, principalmente, o que tem sido pouco reconhecido é que em períodos de elevada inflação, o suprimento de crédito agrícola torna-se ainda mais vital para o agricultor, pois este perde a capacidade de se capitalizar. Para melhor compreender esse fato, é preciso considerar que, nas atividades industriais, o processo de produção se mostra constante, no sentido de que a aquisição de insumos e a venda do produto se processam concomitantemente durante todo o ano; e que na atividade agrícola o processo se faz em períodos distintos. Esquematisando grosseiramente o processo na agricultura, diríamos que um agricultor, ao vender o seu produto em maio/junho, digamos por 100, estará recebendo o retorno de suas despesas e o seu lucro, digamos de 80 e de 20 respectivamente. Ao fazer suas despesas na nova safra, a partir de setembro/outubro, num regime de inflação, digamos de 100%, o agricultor terá de dispendir o dobro ou sejam 160. Isso significa que ele já não terá recursos suficientes para fazer face às novas despesas a não ser que possa manter investidos os 80 em papéis de alta liquidez e com taxa de valorização idêntica a de inflação, o que para ele não é fácil conseguir.

Com esse exemplo esquemático, compreende-se que, devido à inflação, o agricultor não pode se manter capitalizado e, portanto, não poderá expandir sua modernização e ampliar sua produção, a não ser que disponha de amplas facilidades de crédito. E isso, basicamente, por que eles não tem como colocar a salvo da inflação a receita líquida que possa ter obtido no ano anterior.

Após essas considerações, devemos voltar à questão que deixamos há pouco, quando indagávamos se nossa agricultura poderia contar com condições de crédito e perspectivas favoráveis de lucro, que são, como foi dito, condições imprescindíveis para a ampliação da produção desejada.

Em princípio, sabemos que essas questões de crédito e preço são extremamente complexas e difíceis de serem atendidas numa economia de mercado, pois ambas dependem de uma série ampla de fatores de naturezas diversas e sempre acabam por exigir volumes ponderáveis de recursos da parte do Governo Federal, para que possam ser atendidas; recursos esses que são retirados da economia do país através de impostos e taxas, ou, simplesmente, criados através de expansões monetárias.

Nas últimas décadas, o Governo Federal tem feito grandes esforços

no sentido de ajudar o setor agrícola, com muito crédito subsidiado e com uma política efetiva de garantia de preços, além de incrementar os serviços de pesquisa e agilizar os de prestação de serviços assistenciais. Não se pode deixar de reconhecer que essas medidas do Governo contribuíram em muito para a expansão da agricultura moderna que temos hoje, ainda que se tenha, também, de reconhecer que essas medidas favoráveis tenham vindo, freqüentemente, acompanhadas de algumas outras desfavoráveis, na forma de tabelamento de preços, controle de importação, confisco cambial, etc.

No momento, a situação se torna mais difícil, pois devido à gravíssima crise econômica e financeira que atravessamos, o Governo está sendo obrigado a reduzir em muito os recursos encaminhados à agricultura, (principalmente os que vem na forma de subsídio) assim como aos demais setores da vida econômica do país. E com isso, torna-se mais difícil atender à agricultura com os recursos de que ela necessita para se expandir.

Todavia, ainda temos esperança de que esse atendimento à agricultura possa ocorrer em grau razoavelmente satisfatório. Temos esperança de que as autoridades responsáveis pela programação de nossa política econômica lembrem-se que a agricultura é a atividade que deve ter prioridade em relação às demais, pois é a que oferece maiores possibilidades de incrementar a produção exportável, de melhorar o abastecimento do mercado interno e de oferecer mais emprego com menor exigência de bens de produção importados. É a atividade cuja expansão menos sobrecarrega o nosso difícil balanço de pagamento com o exterior, com a importação de matérias primas e bens de capital do exterior.

E lembrando-se desta característica da agricultura, esperamos que o Governo se decida a cortar menos a ajuda à agricultura, ainda que isso signifique corte maior para os demais setores de nossa economia.